ECONOMIA COLONIAL E ESCRAVIDÃO



Acesse o código para assistir ao vídeo.

HISTÓRIA

1. A CANA-DE-AÇÚCAR

A cana-de-açúcar foi o principal protagonista durante muito tempo da economia colonial, principalmente, pelo fato dos fortes fatores que favoreceram sua produção. Entre eles, temos: Mercado Consumidor Europeu com forte demanda, crise do comércio português com as Índias, ausência de concorrência, altos lucros, experiência portuguesa anterior (Madeira, Açores, Cabo Verde), condições naturais favoráveis (clima e solo, massapé) e investimento econômico holandês.



Fonte: Google imagens

O açúcar era um produto conhecido no continente europeu desde o século XII, pelo menos. Ele era qualificado como uma especiaria, possuindo alto valor de mercado, sendo de consumo quase exclusivo da aristocracia europeia. Era usado com propriedades medicinais, como conservante do sabor dos alimentos, e, por vezes, era utilizado como dote de casamento. Por ser voltado para tal mercado suntuário e por seu caráter de exclusividade, consumir açúcar reafirmava os padrões sociais de uma sociedade europeia marcada por privilégios e exclusividades aristocráticas.

Durante o processo da expansão marítima, no qual os portugueses foram pioneiros, a produção açucareira se expandiu pelas ilhas atlânticas do Açores e da Madeira. Lá se constituiu um primeiro grande centro de produção de cana-de-açúcar voltado para os mercados europeus. Essa primeira experiência com o produto seria fundamental para o desenvolvimento da cultura da cana no Brasil.

Na América Portuguesa, a cultura do açúcar responderia a várias necessidades da metrópole. A produção açucareira geraria uma ocupação efetiva do território, o que ajudaria na proteção contra as possíveis invasões estrangeiras. Além disso, graças às condições naturais do território, a produção de açúcar ganhava relevo. Nas colônias, os portugueses encontraram amplas extensões territoriais, um clima tropical favorável e, especialmente no Nordeste, um rico solo argiloso de massapé, que favorecia o cultivo da cana. Além disso, a Região Nordeste, grande foco produtivo no Brasil colonial, encontrava-se próxima das principais rotas comerciais rumo ao Velho Continente.

A produção do açúcar centrou-se nas unidades agromanufatureiras conhecidas como engenhos. Esses grandes complexos produtivos demandavam muito capital para serem construídos. Tradicionalmente, era necessário que os homens que atuavam na sua montagem pedissem empréstimos a banqueiros estrangeiros, especialmente aos holandeses. Os flamengos ainda participavam da economia açucareira em atividades como o refino do açúcar e sua distribuição no continente europeu. Outra fonte de recursos tradicionalmente utilizada para a montagem dos engenhos eram os recursos que a elite colonial conseguia participando de cargos administrativos na colônia.

Apesar da presença estrangeira em certas atividades, a exploração da riqueza colonial, especialmente o açúcar, era regido pelo sentido do Pacto Colonial. Por ele, caberia aos colonos produzir segundo a lógica da complementação da economia e da riqueza da metrópole; dessa forma, haveria um sentido da colonização, que nortearia as ações dos colonos. Assim, a exploração colonial se daria por monopólios ligados à Coroa portuguesa, e o sistema colonial seria uma importante fonte de recursos para enriquecer a metrópole, no contexto da economia mercantilista. A exploração do açúcar se dava pelo regime da *plantation*, caracterizada pela grande propriedade monocultura, voltada para o mercado externo e pela utilização da mão de obra escrava.

O tabaco se constituiu um importante produto secundário, principalmente, pelo seu relevante valor na troca por escravos africanos, inclusive, ocorrendo incentivo da sua produção em

paralelo ao da cana-de-açúcar. Toda esta estrutura compreende aquilo que denominamos como PLANTATION, que tem como principais características: o latifúndio (grandes áreas de terras), monocultora (foco produtivo em um único produto), exportador (produção voltada para o mercado externo) e escravista (mão de obra escrava como a principal força de produção, apesar das existências de algumas funções assalariadas).

A produção do açúcar era organizada em uma estrutura espacial que constava das seguintes áreas: Casa Grande (moradia do senhor de engenho), Senzala (moradia dos escravos que trabalhavam no engenho), Casa dos trabalhadores livres (pequenas residências), moenda (maquinário usado no processo produtivo do açúcar), Capela (local dos rituais religiosos), Canavial (reservado para o plantio de açúcar) e plantações de subsistências.



Fonte: Google imagens

No entanto, existiam outros tipos sociais e atividades econômicas no Brasil colônia. Era muito marcante a presença dos comerciantes. Muitos atuavam no abastecimento interno, outros no comércio ligado aos circuitos europeus. Também eram importantes os comerciantes de escravos, que alimentavam com "braços" a economia colonial. Os grandes comerciantes na colônia eram conhecidos como "comerciantes de grosso-trato". Muitas vezes, eram economicamente mais poderosos que os senhores de engenho. No entanto, em uma sociedade que se pensa como de Antigo Regime, não necessariamente a riqueza representa status, e ser comerciante não era valorizado socialmente. A estes homens era relegado um papel secundário, em função de seus "defeitos mecânicos", ou seja, de trabalharem com as mãos.

A lavoura de cana-de-açúcar favoreceu ainda o desenvolvimento de atividades litorâneas secundárias. A lavoura, limitada ao espaço litorâneo do Brasil, cedeu o interior para a pecuária, responsável pelo abastecimento interno dos colonos. A pecuária era indispensável para a alimentação em uma época em que não era possível ser dependente da importação de víveres. Existia ainda um número considerável de lavradores livres, que recebiam uma pequena recompensa financeira pelo trabalho nos engenhos.

Apesar dessas outras atividades econômicas, a atividade açucareira tornou-se, ao lado do tráfico negreiro, a principal fonte de receita econômica da metrópole até a segunda metade do século XVIII, quando os holandeses iniciaram uma concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas.

2. A SOCIEDADE COLONIAL

Entretanto, a sociedade colonial não era apenas um mero complemento da economia metropolitana, mas uma extensão de uma sociedade que se pensava como de Antigo Regime, mas nas Américas. Uma sociedade de Antigo Regime nos Trópicos. Dessa forma, a sociedade colonial foi palco de uma reprodução e de uma readaptação da sociedade europeia, sob um prisma tipicamente colonial. O engenho de açúcar, núcleo produtivo, também pode ser analisado como um núcleo social que reflete as principais tensões e aspirações dessa sociedade. Nas palavras do historiador Stuart Schwartz, o "engenho é o espelho e metáfora da sociedade colonial".

O latifúndio monocultor também consistiu num centro que se traduzia em prestígio político e *status* social. Ele caracterizava os símbolos de riqueza e prestígio social dos chamados "homens bons", literalmente a nobreza da terra da sociedade colonial. Essa elite rural, denominada por Evaldo Cabral de Mello como a "açucarocracia", reproduzia padrões da vida nobiliárquica europeia nas Américas, mesmo sem possuir títulos de nobreza ou distinções honoríficas. O poder político desses homens, exercido a nível local, concentrava-se nas Câmaras Municipais.

Além de ser dono de terras, conferia amplo *status* ao senhor de engenho possuir escravos. Ter a posse sobre estes, numa sociedade patriarcal, reforçava o caráter extremamente hierárquico da sociedade colonial, herdeira de uma mentalidade de Antigo Regime. Nas palavras do jesuíta Antonil, "ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos".

Os senhores de engenho tinham na casa-grande o grande símbolo de seu poder que ultrapassava os limites do latifúndio açucareiro, como vimos, tornando-se poder patriarcal e político. O sociólogo Gilberto Freyre, autor do mito da "democracia racial" no Brasil, escreveu o clássico Casa-grande e senzala, no qual analisa este binômio colonial como uma espécie de estrutura econômica e social da grande propriedade rural no Brasil. Dessa forma, na casa-grande e na senzala estava explícita a principal tensão social do Brasil colonial.

3. ESCRAVIDÃO

Durante séculos, o continente africano foi encarado pelos europeus como um local exótico e virtualmente desconhecido. A visão estereotipada dava conta de uma densa mata que cobriria cada pedaço do "continente negro", apenas contrastando com as gigantescas áreas desérticas, com destaque para o Saara. No interior da mata, viveriam espaçadas tribos, de técnicas e hábitos extremamente rudimentares, num estágio, ao olhar europeu, de "pré-civilização".

Essa visão da África, moldada pelos europeus ao longo de mais de quatro séculos de contato com os africanos, é carregada pelo que antropólogos e cientistas sociais denominam de **etnocentrismo**. Por esta expressão, podemos entender qualquer visão de mundo na qual um povo ou sociedade

considera suas crenças, valores, hábitos e técnicas melhores que os de outras sociedades, e, a partir disso, olham com preconceito ou com desvalorização a cultura de outros povos.

Tal concepção levou historiadores, durante décadas, a analisar o continente africano segundo uma ótica eurocêntrica, portanto, carregada de preconceitos e juízos de valor. A África seria um continente "a-histórico", onde o progresso seria gerado apenas pelo contato com os europeus. Nas palavras do historiador inglês Trevor-Roper, "não existe história da África, mas sim história dos europeus na África".



Fonte: Google Imagens

Para superar tais preconceitos, foi fundamental o papel da Sociologia e da Antropologia no auxílio da História. Graças a estudos interdisciplinares, foi possível observar o continente africano sob uma ótica própria, longe dos grandes padrões explicativos europeizantes.

Uma análise mais crítica do continente africano já desfaz uma série de mitos: primeiramente, a tal "densa mata", que abrigaria os "nativos", seria restrita a uma parte específica do território. A África moderna, entendida entre os séculos X e XVIII, era marcada por uma grande diversidade geográfica, étnica e linguística.

O Saara dividia dois locais bem diferentes: a África "branca", ao norte, com povos predominantemente islamizados, que travavam intensos fluxos com outras partes do continente e mesmo da Europa através de caravanas de mercadores; e a África "negra", ao sul. Nessa, predominaria o grupo linguístico herdeiro da tradição oral Níger-congo. Esse grande grupo, e uma variante em especial, os bantos, ocupariam o sul da África, dividindo-se entre a floresta tropical e a savana, esta última predominante no continente.

Além da grande diversidade étnica e linguística, outro mito sobre a sociedade africana não encontra sustentação nas pesquisas recentes: a imagem da África de sociedades aldeãs rurais. Existiam grandes centros urbanos por todo o território africano, especialmente no litoral. Além disso, existiam mesmo alguns grandes Impérios, extremamente hierarquizados e organizados socialmente. Durante a Idade Moderna, os mais destacados eram o Império do Mali (desenvolvido às margens do Níger), o Império do Benin (na atual Nigéria), o Império do Monomotapa (atual Moçambique) e o Reino do Congo. A capital do Reino do Congo, M'banza Congo, chegou a ter mais de 100 mil habitantes.

Nesses grandes Impérios, era largamente difundida a instituição da escravidão. Tradicionalmente, os perdedores dos conflitos militares e suas famílias eram aprisionados pelos vencedores. Dessa forma, havia a escravização de africanos pelos próprios africanos, muito antes da chegada dos europeus.

Entretanto, a escravidão na África, em geral, configurou-se muito diferente do que aconteceria no Novo Mundo. Primeiramente, os escravos tinham funções predominantemente caseiras e havia a prática de prover condições de vida minimamente decentes para eles, prática defendida principalmente entre os povos islâmicos. Além disso, apesar da venda de escravos já ser frequente, não havia um comércio em larga escala como aconteceu após a chegada dos europeus.

O tráfico negreiro, como negócio complexo envolvendo a captura em massa de africanos e seu transporte em larga escala para a América, só se caracterizou após a introdução dos comerciantes europeus nos circuitos do tráfico de escravos. A atividade negreira se tornou frequente desde inícios do século XV até o XIX, fazendo parte da lógica mercantilista inerente à expansão marítima e atlântica.

O tráfico e a escravização dos africanos foram defendidos e estimulados pela Igreja Católica desde o início da expansão marítima. Bulas, como a *Romanus Pontifex* (1455), apontavam o cativeiro como forma única de retirar os africanos do hostil ambiente em que viviam e convertê-los ao catolicismo. Apesar de a América ser o principal destino dos escravos, também havia cativos no continente europeu. Estima-se, por exemplo, que em fins do século XVI, 10% da população de Lisboa fosse escrava.

Os escravos eram obtidos pelos comerciantes negreiros a partir do escambo de produtos considerados valorosos para a sociedade africana. Era frequente a troca dos cativos, por exemplo, pelo fumo produzido no recôncavo baiano, pela aguardente produzida no Rio de Janeiro ou por tecidos finos importados da Índia. O lucro obtido com o tráfico e com as diversas atividades econômicas que ele estimulava também pode ser apontado como fator fundamental para a adoção da mão de obra africana como predominante nas Américas.

Dessa forma, desenvolveu-se uma ampla conexão econômica entre diferentes partes do Brasil e a costa africana, genericamente chamada de "Guiné", ao longo dos séculos XV até o XIX. Regiões como o Benin, São Jorge da Mina e São Paulo de Luanda tinham um fluxo comercial gigantesco com cidades como Salvador e Rio de Janeiro. Essa conexão levou historiadores como Alberto da Costa e Silva a destacar que a história do Brasil colonial e do continente africano estavam conectadas por "um rio chamado Atlântico".

A atividade do tráfico negreiro deve ser entendida a partir da lógica mercantilista da expansão marítima e comercial atlântica. O modelo de *plantation* estabelecido pelos portugueses, isto é, latifúndio monocultor agroexportador, requeria uma grande quantidade de mão de obra, resultando disso a necessidade do emprego de um considerável número de homens. O tráfico negreiro, atividade econômica que sobreviveria até o século XIX, constituíra a espinha dorsal do império colonial mercantilista português.

Nos primórdios da expansão ultramarina, a Igreja Católica aprovou o tráfico negreiro através de documentos formais, como, por exemplo, as bulas papais *Dum Diversas* (1452) e *Romanas Pontifex* (1455), nas quais Roma admitia o cativeiro como instrumento de conversão de infiéis. A posição dos membros da Igreja, entretanto, nem sempre foi unida, existindo casos de elementos do clero que isoladamente questionavam a existência da escravidão negra.

A partir da década de 1440, o tráfico negreiro já era uma imprescindível fonte de renda para a Coroa portuguesa patrocinar a aventura ultramarina. Os lusitanos iniciaram os experimentos com a mão de obra escrava negra na ilha atlântica de Madeira, sendo posteriormente adaptada para a realidade econômica americana. A principal região africana a fornecer mão de obra para a lavoura açucareira foi a Guiné, termo vulgar para designar, entre os séculos XV e XVI, toda a costa ocidental do continente negro. A partir de 1470, os portugueses atingiram a costa da Mina, rebatizada de São Jorge da Mina, local que se tornou um dos principais pontos de comércio de negros para a América. Posteriormente, a denominação genérica para a costa ocidental passou a ser definida de modo mais detalhado, sendo identificadas as regiões da Costa da Mina, o arquipélago de Cabo Verde, o império de Benin e os reinos de Angola e Congo. As primeiras aquisições de escravos africanos decorreram de ataques de portugueses contra comunidades que viviam nas áreas litorâneas saarianas e senegalesas. Angola, uma das principais praças de escravos negros a partir de 1575, quando fundaram São Paulo de Luanda, foi atingida pelos portugueses em 1480.

O padre jesuíta Antonil, em célebre frase, argumentou que "os escravos são os pés e as mãos do senhor de engenho". De fato, trabalho escravo no Brasil passou a ser identificado com o trabalho negro. As populações indígenas, protegidas pelos padres jesuítas em seus aldeamentos, chegaram a sofrer cativeiro, sobretudo no início do processo de colonização e no momento de invasão holandesa no litoral nordestino, quando o tráfico negreiro sofreu forte desestabilização. A baixa densidade demográfica de índios no Brasil, dispersos pelo extenso território colonial, entretanto, dificultava a obtenção de ameríndios como cativos. O ataque de bandeirantes aos aldeamentos ou missões jesuíticas era a forma mais garantida de apresar índios. Os inacianos, em determinadas ocasiões, armaram-se para defender suas missões de ataques de bandeirantes e colonos. A pressão dos traficantes, e da própria Coroa portuguesa, que lucrava com o "infame comércio", fornecem também indícios da opção pelo emprego do trabalho escravo negro.

A baixa expectativa de vida de um escravo negro, que girava em torno dos trinta anos, e o alto índice de mortalidade infantil, tornavam o tráfico negreiro o modo mais corriqueiro de obter novas "peças" para a lavoura. A necessidade de um indivíduo para o trabalho árduo na zona rural tornava o perfil de homem jovem o mais procurado pelos grandes proprietários. Posteriormente, com o processo de urbanização da colônia na segunda metade do século XVIII, surgiu uma nova modalidade de escravo, denominado "escravo de ganho", o qual desempenhava funções urbanas, como as vendedoras de quitutes ou os barbeiros, gozando de maior autonomia para circular nas cidades, desempenhar seus ofícios e obter dinheiro para seus senhores.

Não existe uma estatística confiável ou oficial sobre o número de cativos que entraram no Brasil desde os primeiros anos da colonização. Até a proibição formal do tráfico, em 1850, entretanto, estima-se entre 3 a 8 milhões o número de escravos negros que entraram no Brasil no referido período. A dificuldade da estatística reside no fato de não existirem fontes fidedignas para a construção do cálculo. Ademais, o numerário não leva em conta o grande número de negros que acabavam morrendo na longa travessia do Atlântico.



Fonte: Google Imagens

EXERCÍCIOS DE TREINAMENTO



01. (Enem 2016) A África Ocidental é conhecida pela dinâmica das suas mulheres comerciantes, caracterizadas pela perícia, autonomia e mobilidade. A sua presença, que fora atestada por viajantes e por missionários portugueses que visitaram a costa a partir do século XV, consta também na ampla documentação sobre a região. A literatura é rica em referências às grandes mulheres como as vendedoras ambulantes, cujo jeito para o negócio, bem como a autonomia e mobilidade, é tão típico da região.

HAVIK, P. Dinâmicas e assimetrias afro-atlânticas: a agência feminina e representações em mudança na Guiné (séculos XIX e XX). In: PANTOJA, S. (Org.). **Identidades, memórias e histórias em terras africanas**. Brasília: LGE; Luanda: Nzila, 2006.

A abordagem realizada pelo autor sobre a vida social da África Ocidental pode ser relacionada a uma característica marcante das cidades no Brasil escravista nos séculos XVIII e XIX, que se observa pela

a) restrição à realização do comércio ambulante por africanos escravizados e seus descendentes.
b) convivência entre homens e mulheres livres, de diversas origens, no pequeno comércio.
c) presença de mulheres negras no comércio de rua de diversos produtos e alimentos.
d) dissolução dos hábitos culturais trazidos do continente de origem dos escravizados.
e) entrada de imigrantes portugueses nas atividades ligadas ao pequeno comércio urbano.

02. (Fuvest 2013) Observe o mapa abaixo.

CAMINHOS DAS MINAS À BAHIA - SÉCULO XVIII

Rafael Straforini, 2004

Com base no mapa e em seus conhecimentos, assinale a alternativa correta.

a) O rio São Francisco foi caminho natural para a expansão da cana-de-açúcar e do algodão da Zona da Mata, na Bahia, até a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro.
b) A ocupação territorial de parte significativa dessa região foi marcada por duas características geomorfológicas: a serra do Espinhaço e o vale do rio São Francisco.
c) Essa região caracterizava-se, nesse período, por paisagens onde predominavam as minas e os currais, mas no século XIX a mineração sobrepujou as outras atividades econômicas dessas capitanias.
d) O caminho pelo rio São Francisco foi estabelecido pelas bandeiras paulistas para penetração na região aurífera da Chapada dos Parecis e posterior pagamento do "quinto" na sede da capitania, em Salvador.
e) As bandeiras que partiam da Capitania da Bahia de Todos os Santos para a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro propiciaram o surgimento de localidades com economia baseada na agricultura monocultora de exportação.

03. (IFSul 2017) As revoltas nativistas foram aquelas que tiveram como causa principal o descontentamento dos colonos brasileiros com as medidas tomadas pela coroa portuguesa. Ocorreram entre o final do século XVII e início do XVIII.

Disponível em: <http: //www.historiadobrasil.net>. Acesso em: 22 jul. 2016.

Entre as principais revoltas nativistas, destacam-se:

a) Beckman e Filipe dos Santos.
b) Cabanagem e Balaiada.
c) Sabinada e Farrapos.
d) Carrancas e Setembrada.

04. (UFG 2014) Leia os textos a seguir.

Dom Fernando, pela graça de Deus, Rei de Portugal e do Algarve, considerando que as terras, que deviam ser lavradas e semeadas (porque são boas para dar pão e outros frutos com que os povos se manterão), são deixadas sem proveito, com grande dano dos povos, estabelece que: 1) todos os que têm terras aforadas sejam obrigados a lavrá-las e semeá-las; 2) se o senhor das ditas terras não puder lavrá-las por si, que se faça por outros ou as dê a lavrador que as lavre e semeie, de modo que as terras, que servem para dar pão, sejam todas lavradas, aproveitadas e semeadas.

LEI DAS SESMARIAS, 1375. Disponível em: <http://www.cm-coimbra.pt>).

Art. 1º; § 1° Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Art. 17. O acesso à propriedade rural será promovido mediante a distribuição ou a redistribuição de terras, pela execução de qualquer das seguintes medidas:

a. desapropriação por interesse social.
b. doação.
c. compra e venda.
d. arrecadação dos bens vagos.
e. herança ou legado.

ESTATUTO DA TERRA, 1964. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br>.

A lei das sesmarias, originalmente aplicada a Portugal e ao processo de colonização do Brasil, e o Estatuto da Terra, elaborado no governo de Castelo Branco (1964-1967), remetem a uma característica do espaço agrário brasileiro. Tal característica, presente nos dois períodos mencionados, pode ser identificada

a) pela tendência à policultura na produção agrícola.
b) pela existência de uma crise de abastecimento.
c) pela mecanização dos sistemas produtivos.
d) pelo processo de concentração fundiária.
e) pela ausência de conflitos pela posse da terra.

05. (IFSP 2012) (...) vos ordenamos e mandamos a vós, e a vossos sucessores que cada um por si ou pelos seus ministros, assistindo com o socorro de uma eficaz proteção a todos os Índios habitantes das províncias do Paraguai, do Brasil das margens do rio da Prata, e de quaisquer outros lugares, e terras das Índias Ocidentais e Meridionais; mandeis afixar editos públicos, pelos quais apartadamente se proíba, debaixo da excomunhão **latae sentetiae** (das quais os transgressores não poderão ser absolvidos senão por nós e pelos romanos pontífices) que alguma pessoa, ou seja secular, ou eclesiástica, de qualquer estado, sexo, grau, condição e dignidade (...) se atreva, nem atente daqui em diante fazer escravos os referidos Índios, vendê-los, comprá-los, trocá-los ou dá-los, levá-los para outras terras, transportá-los, ou por qualquer modo privá-los de sua liberdade, e retê-los em escravidão (...)

(Maria de Fátima Novaes, **Documentos sobre a escravidão no Brasil.** São Paulo, Contexto, 1996)

De acordo com o texto, a Igreja Católica

a) era expressamente contrária à escravidão dos indígenas no Brasil Colônia.
b) era bastante tolerante em relação à escravização dos indígenas durante todo o período colonial.
c) defendia a escravização dos indígenas, como único meio para purificá-los e garantir-lhes a salvação.
d) aceitava a escravização dos indígenas apenas nas atividades mais rentáveis, como a mineração.
e) proibia tanto a escravização dos indígenas quanto dos africanos em terras americanas.

06. (UFU 2012) A santidade Jaguaripe (Bahia) foi uma espécie de antecessora, à moda indígena, do que seria Palmares no século XVII. Ela fez tremer o recôncavo, incendiando engenhos e aldeamentos jesuíticos, prometendo a seus adeptos a iminente alforria na "terra sem mal", paraíso tupi, e a morte ou escravização futura dos portugueses pelos mesmos índios submetidos ao colonialismo. Na santidade baiana predominavam especialmente os tupinambás, mas havia ainda uns cristãos, outros pagãos e ainda rebeldes africanos, assim como em Palmares haveria índios.

VAINFAS, Ronaldo. Deus contra Palmares: representações senhoriais e ideias jesuíticas. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.61-62 (adaptado).

Os movimentos conduzidos por indígenas e negros no Brasil colonial representaram

a) a resistência frente aos aldeamentos jesuíticos que buscavam impor aos colonizados a religião cristã em detrimento das crenças tradicionais, sendo Palmares, localizado na Serra da Barriga, o maior e mais duradouro símbolo dessa luta no século XVII.
b) a busca por reconstruir sociedades existentes antes do contato com os europeus, sendo que tanto na santidade Jaguaripe como no Quilombo de Palmares foi a religiosidade tupinambá e banto, respectivamente, revivida sem a presença de elementos cristãos.
c) a luta contra o colonialismo e a escravidão, sendo que Palmares entrou para a história não pelo nome português cristão, a exemplo da santidade dos tupis, senão como quilombo, vocábulo de origem banto (kilombo), alusivo a acampamento ou fortaleza.
d) a batalha pela manutenção de elementos culturais de seus antepassados, sendo a santidade de Jaguaripe e o Quilombo de Palmares formas de negar o colonialismo europeu, caracterizadas pela recusa ao enfrentamento direto dos senhores e das tropas portuguesas, visando os acordos.

07. (Uespi 2012) Sobre o Padroado Régio, durante o período colonial brasileiro, é correto afirmar que

a) a Coroa portuguesa foi indiferente às definições da Igreja Católica Romana, notadamente as do Concílio de Trento.
b) as relações de compadrio foram estimuladas por Portugal e significaram a faculdade da elite rural nomear seus afilhados.
c) foi representativo da forte interferência dos monarcas portugueses na administração da Igreja Católica no Brasil.
d) os monarcas portugueses, na qualidade de grão-mestres da Ordem de Cristo, é que indicavam o nome do santo padroeiro de uma localidade.
e) representou o papel exercido pela Igreja Católica na proteção, aos indígenas e aos africanos, contra a exploração dos colonos.

08. (UFF 2012) Nos últimos anos, a historiografia nacional e internacional tem somado esforços para compreender as redes de alianças que explicam as estratégias de sobrevivência no mundo rural. No caso brasileiro, esse tem sido o foco central nos estudos sobre as famílias escravas ao longo dos séculos XVIII e XIX. A partir dessa proposição, pode-se afirmar que

a) a enorme desproporção entre o número de escravos e escravas inibia formas de organização que não incorporassem os portugueses. Por essa razão, a constituição de famílias formada apenas por cativos foi uma realidade norte-americana, não brasileira.
b) a família patriarcal brasileira era a expressão da organização no Brasil colônia. Nesse sentido, é incorreto afirmar que as estratégias de sobrevivência dos cativos implicavam formas de organização familiar.
c) a despeito dos enormes entraves para a constituição de famílias escravas, posto que os cativos eram mercadorias, é possível identificar a existência de uniões estáveis de cativos no Brasil dos séculos XVIII e XIX.
d) as redes de alianças que explicam as estratégias das famílias escravas representaram uma concessão do senhor de escravos, cabendo a ele única e exclusivamente a decisão por unir os familiares cativos.
e) os setores sociais do mundo rural livres ou libertos, estiveram à parte das redes de alianças dos cativos, sendo eles excluídos no processo de constituição de famílias.

09. (UNESP 2012) Leia o texto a seguir.

Nas primeiras três décadas que se seguiram à passagem da armada de Cabral, além das precárias guarnições das feitorias [...], apenas alguns náufragos [...] e "lançados" atestavam a soberania do rei de Portugal no litoral americano do Atlântico Sul.

(Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. **História do Brasil: uma interpretação**, 2008.)

Os **lançados** citados no texto eram

a) funcionários que recebiam, da Coroa, a atribuição oficial de gerenciar a exploração comercial do pau-brasil e das especiarias encontradas na colônia portuguesa.
b) militares portugueses encarregados da proteção armada do litoral brasileiro, para impedir o atracamento de navios de outros países, interessados nas riquezas naturais da colônia.
c) comerciantes portugueses encarregados do tráfico de escravos, que atuavam no litoral atlântico da África e do Brasil e asseguravam o suprimento de mão de obra para as colônias portuguesas.

d) donatários das primeiras capitanias hereditárias, que assumiram formalmente a posse das novas terras coloniais na América e implantaram as primeiras lavouras para o cultivo da cana-de-açúcar.
e) súditos portugueses enviados para o litoral do Brasil ou para a costa da África, geralmente como degredados, que acabaram por se tornar precursores da colonização.

10. (UPE 2010) O trabalho cria riquezas sociais que, nem sempre, são divididas e servem para efetivar sociedades equilibradas. O uso da escravidão mostra a existência da exploração, mesmo nos tempos modernos. A escravidão
a) foi utilizada nas colônias europeias até o século XVIII, na agricultura, apresentando grande lucratividade nos negócios agrícolas.
b) tinha lugar no trabalho doméstico, apenas nas colônias portuguesas e inglesas, sendo ineficaz no comércio.
c) conseguiu se firmar nas colônias espanholas; sem êxitos expressivos, nas colônias inglesas, devido aos preconceitos raciais.
d) deu condições para favorecer o crescimento da burguesia, que lucrava com o comércio da época e firmava seus interesses.
e) inexistiu no trabalho, nas minas de ouro da América, sendo utilizada na agricultura latifundiária e nos serviços urbanos.

EXERCÍCIOS DE COMBATE



01



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(CN 2015) O Brasil integrou-se ao quadro econômico europeu como uma colônia de exploração. Com relação à economia colonial brasileira, é INCORRETO afirmar que
a) durante o período pombalino, com o objetivo de fortalecer o erário régio, houve um aumento da carga tributária e a consolidação dos monopólios (criação das Companhias Gerais do Comércio do estado do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba).
b) a pecuária nordestina se caracterizou por ser uma atividade econômica subsidiária à economia açucareira, voltada para o mercado interno, organizada de forma extensiva e que comportou predominantemente a mão de obra escrava.
c) as "drogas do sertão" se caracterizam pela coleta de recursos florestais da Amazônia, tais como o cacau e o guaraná, organizada pelos jesuítas, tendo como mão de obra predominante a indígena.
d) o açúcar tornou-se o carro-chefe de nossa economia colonial porque possuía alto valor no mercado externo e viabilizava a ocupação territorial, além de contribuir para a estruturação da classe senhorial.
e) a mineração provocou um grande aumento demográfico, o aparecimento de vilas e cidades, a articulação de um mercado interno e uma maior diversificação no estrato social e econômico.

02



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(EsPCEx 2016) As relações entre a metrópole e a colônia foram regidas pelo chamado pacto colonial, sendo este aspecto uma das principais características do estabelecimento de um sistema de exploração mercantil implementado pelas nações europeias com relação à América. Com relação ao Brasil, do que constava este pacto?
a) As colônias só poderiam produzir artigos manufaturados.
b) A produção agrícola seria destinada, exclusivamente, à subsistência da colônia.
c) A produção da colônia seria restrita ao que a metrópole não tivesse condições de produzir.
d) A colônia poderia comercializar a produção que excedesse às necessidades da metrópole.
e) Portugal permitiria a produção de artigos manufaturados pela colônia, desde de que a matéria-prima fosse adquirida da metrópole.

03



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(EsPCEx 2008) A estrutura econômica implantada por Portugal, no Brasil Colônia, existente no século XVII, tinha como base
a) pequenas propriedades distribuídas a portugueses natos, destinadas à produção de subsistência, para garantir a posse da terra.
b) pequenas propriedades com policultura de alimentos necessários na Europa, como trigo e carne, utilizando mão de obra indígena escrava.
c) grandes propriedades com monocultura de produtos tropicais, de alto valor na Europa, como o açúcar.
d) grandes propriedades com monocultura de produtos tropicais, utilizando mão de obra indígena no sistema de parceria.
e) grandes propriedades com policultura de produtos tropicais voltados para o mercado interno, utilizando mão de obra assalariada.

04


Acesse o código para assistir ao vídeo.

(Unirio 2009) "Seria conveniente que os nossos lavradores simultaneamente dividissem a sua indústria e não se ocupassem de um só ramo, fazendo por consequência dar-lhe queda mortal. Aqueles que primeiro se aplicassem a esses diversos objetos seriam felizes".

WERNECK, Francisco Peixoto Lacerda. Memória para a Fundação de uma Fazenda de Café na província do RJ. 1847.

A afirmativa escrita em 1847 pelo Barão de Pati do Alferes, grande fazendeiro de café no Rio de Janeiro, critica uma característica das estruturas de produção desenvolvidas no Brasil desde o início da colonização. A característica criticada é:

a) a produção diversificada para atender ao crescente consumo de alimentos do mercado europeu.
b) a expansão limitada da produção favorecida pela disponibilidade de mão de obra de custo baixíssimo – o escravo.
c) o caráter especializado da agricultura desenvolvida em articulação com o comércio atlântico da época moderna.
d) a elevada produtividade consequente à introdução intensa de recursos tecnológicos, possibilita pela acumulação de capital na colônia.
e) a associação entre a produção agrícola e a nascente indústria, ambas vinculadas à organização escravista da produção.

05


Acesse o código para assistir ao vídeo.

(Unesp 2009) Sobre o tratamento dispensado aos índios no período colonial, pode-se afirmar que

a) os colonos de várias regiões do Brasil e os representantes das ordens religiosas, especialmente os jesuítas, entraram em conflitos, pois defendiam formas diversas nas relações com as sociedades indígenas.
b) as ordens religiosas de origem portuguesa e os grandes proprietários rurais defendiam a escravização indiscriminada dos povos indígenas, mesmo para aqueles que fossem catequizados.
c) com o início do tráfico negreiro para o Brasil em fins do século XVI, uma ampla legislação do Estado português de proteção aos índios passou a vigorar, cessando de imediato a escravidão indígena.
d) para a Igreja Católica e para os senhores de escravo, árduos defensores do sentido religioso da colonização do Brasil, a escravização indígena deveria ser um instrumento de conversão religiosa.
e) a experiência de escravização dos povos indígenas no Brasil foi efetiva em poucas regiões do nordeste, em atividades de menor importância econômica, e apenas nas primeiras décadas da presença lusa.

06


Acesse o código para assistir ao vídeo.

(Ufes 1996) A organização da agromanufatura açucareira no Brasil Colônia está ligada ao sentido geral da colonização portuguesa, cuja dinâmica estava baseada na

a) pesada carga de taxas e impostos sobre o trabalho livre, com o objetivo de isentar de tributos o trabalho escravo.
b) unidade produtiva voltada para a mobilidade mercantil interna, ampliada pelo desenvolvimento de atividades artesanais, industriais e comerciais.
c) estrutura de produção, que objetivava a urbanização e a criação de maior espaço para os homens livres da colônia.
d) pequena empresa, que procurava viabilizar a produção açucareira apenas para o mercado interno.
e) propriedade latifundiária escravista, para atender aos interesses da Metrópole Portuguesa de garantir a produção de açúcar em larga escala para o comércio externo.

07


Acesse o código para assistir ao vídeo.

(Faap 1996) Os principais portos de desembarque de negros no Brasil foram:

a) Santos, Vitória e Belém.
b) Salvador, Recife e Rio de Janeiro.
c) Rio Grande e Fortaleza.
d) Espírito Santo e Porto Alegre.
e) nas ilhas atlânticas portuguesas.

08


Acesse o código para assistir ao vídeo.

(FGV 1996) No período colonial, a renda das exportações do açúcar:

a) raramente ocupou lugar de destaque na pauta das exportações, pelo menos até a chegada da família real ao Brasil.
b) mesmo no auge da exportação do ouro, sempre ocupou o primeiro lugar, continuando a ser o produto mais importante.
c) ocupou posição de importância mediana, ao lado do fumo, na pauta das exportações brasileiras, de acordo com os registros comerciais.

d) ocupou posição relevante apenas durante dois decênios, ao lado de outros produtos, tais como a borracha, o mate e alguns derivados da pecuária.
e) Nunca ocupou o primeiro lugar, sendo que mesmo no auge da mineração, o açúcar foi um produto de importância apenas relativa.

09



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(Fuvest 1993) A sociedade colonial brasileira "herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhe sistemas de graduação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça, cor e condição social. (...) As distinções essenciais entre fidalgos e plebeus tenderam a nivelar-se, pois o mar de indígenas que cercava os colonizadores portugueses tornava todo europeu, de fato, um gentil-homem em potencial. A disponibilidade de índios como escravos ou trabalhadores possibilitava aos imigrantes concretizar seus sonhos de nobreza. (...) Com índios, podia desfrutar de uma vida verdadeiramente nobre. O gentio transformou-se em um substituto do campesinato, um novo estado, que permitiu uma reorganização de categorias tradicionais. Contudo, o fato de serem aborígenes e, mais tarde, os africanos, diferentes étnica, religiosa e fenotipicamente dos europeus, criou oportunidades para novas distinções e hierarquias baseadas na cultura e na cor."

(Stuart B. Schwartz, SEGREDOS INTERNOS)

A partir do texto pode-se concluir que:
a) a diferenciação clássica e medieval entre clero, nobreza e campesinato, existente na Europa, foi transferida para o Brasil por intermédio de Portugal e se constituiu no elemento fundamental da sociedade brasileira colonial.
b) a presença de índios e negros na sociedade brasileira levou ao surgimento de instituições como a escravidão, completamente desconhecida da sociedade europeia nos séculos XV e XVI.
c) os índios do Brasil, por serem em pequena quantidade e terem sido facilmente dominados, não tiveram nenhum tipo de influência sobre a constituição da sociedade colonial.
d) a diferenciação de raças, culturas e condição social entre brancos e índios, brancos e negros, tendeu a diluir a distinção clássica e medieval entre fidalgos e plebeus europeus na sociedade colonial.
e) a existência de uma realidade diferente no Brasil, como a escravidão em larga escala de negros, não alterou em nenhum aspecto as concepções medievais dos portugueses durante os séculos XVI e XVII.

10



Acesse o código para assistir ao vídeo.

(FGV 2017) O que queremos destacar com isso é que o tráfico atlântico tendia a reforçar a natureza mercantil da sociedade colonial: apesar das intenções aristocráticas da nobreza da terra, as fortunas senhoriais podiam ser feitas e desfeitas facilmente. Ao mesmo tempo, observa-se a ascensão dos grandes negociantes coloniais, fornecedores de créditos e escravos à agricultura de exportação e às demais atividades econômicas. Na Bahia, desde o final do século XVII, e no Rio de Janeiro, desde pelo menos o início do século XVIII, o tráfico atlântico de escravos passou a ser controlado pelas comunidades mercantis locais (...).

João Fragoso **et alii. A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)**, 1998.

O texto permite inferir que
a) o tráfico atlântico de escravos prejudicou a economia colonial brasileira porque uma enorme quantidade de capitais, oriunda da produção agroindustrial, era remetida para a África e para Portugal.
b) as transações comercias envolvendo a África e a América portuguesa deveriam, necessariamente, passar pelas instâncias governamentais da Metrópole, condição típica do sistema colonial.
c) a monopolização do tráfico negreiro nas mãos de comerciantes encareceu essa mão de obra e atrasou o desenvolvimento das atividades manufatureiras nas regiões mais ricas da América portuguesa.
d) as rivalidades econômicas e políticas entre fidalgos e burgueses, no espaço colonial, impediram o crescimento mais acelerado da produção de outras mercadorias além do açúcar e do tabaco.
e) nem todos os fluxos econômicos, durante o processo de colonização portuguesa na América, eram controlados pela Coroa portuguesa, revelando uma certa autonomia das elites coloniais em relação à burguesia metropolitana.

ANOTAÇÕES

GABARITO



EXERCÍCIOS DE TREINAMENTO

01. C	06. C
02. B	07. C
03. A	08. C
04. D	09. E
05. A	10. D

EXERCÍCIOS DE COMBATE

01. B	06. E
02. C	07. B
03. C	08. B
04. C	09. D
05. A	10. E